



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal Pastor Eurico

Apresentação: 19/05/2023 17:09:31.357 - MESA

RIC n.14111/2023

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , DE 2023

(Do Sr. Pastor Eurico)

Requer informações do Sr. José Múcio Monteiro Filho, Ministro da Defesa, sobre números da Garantia da Lei e da Ordem, chamada de GLO.

Senhor Presidente,

Requeiro a V. EX^a. com base no Art. 50, §2º, da Constituição Federal, e na forma dos Art. 115 e 116 do Regimento Interno que, ouvida a Mesa, nos seja informados pelo Sr. José Múcio Monteiro Filho, Ministro da Defesa, a quantidade de solicitações para execução de Garantias da Lei e da Ordem realizadas em cada mandato presidencial, desde o ano de 1999 até a presente momento.

JUSTIFICATIVA

A Garantia da Ordem e da Lei são missões ordenadas de forma expressa pela Presidência da República nos casos em que ocorra o



* C D 2 3 0 3 7 6 5 6 3 0 0 *





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal Pastor Eurico

esgotamento das forças tradicionais de segurança pública, em graves situações de perturbação da ordem.

Nessas ações, as Forças Armadas agem de forma episódica, em área restrita por tempo limitado, com o objetivo de preservar a ordem pública, a integridade da população e garantir o funcionamento regular das instituições.

O Ministério da Defesa tem publicado o Manual de GLO, com objetivo de padronizar as rotinas e servir de instrumento educativo e de doutrinação para as forças preparadas para atuar nesse tipo de ação.

Neste diapasão, seguindo mandamento constitucional outorgado a essa Casa de fiscalizar e controlar atos do Poder Executivo, peço encarecidamente que o Sr. Ministro José Múcio Monteiro Filho, Ministro da Defesa, informe quantas GLOs foram feitas até o presente ano, a contar a partir do ano de 1999. Além mais, quantas GLOs foram feitas especificamente em cada mandato presidencial, também contado a partir do ano de 1999.

Solicito que as informações sejam fornecidas em caráter de urgência, a contar do recebimento deste requerimento.

Vale ressaltar, que o presente requerimento se fundamenta no direito constitucional de acesso à informação, art. 5º da Constituição Federal, visando assegurar a transparência e a fiscalização das ações desenvolvidas pelo Ministério da Defesa, em conformidade com os princípios constitucionais da administração pública.

Sala das sessões, em 16 de maio de 2023.

Deputado Federal Pastor Eurico

PL-PE

